

PORTARIA SULOT Nº 06/2025, DE 15 DE JANEIRO DE 2025.

A SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, Ana Luísa Silva Falcão, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012, Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho 2021 e delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, considerando a apuração realizada e notificada no Memorando.SEJUSP/DCO nº 2893/2024 (105449647), RESOLVE: Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa TOP MED IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA. CNPJ: 11.172.836/0001-90, sediada na Avenida Brasil, nº 4175, quadra 02, lote 3E, galpão 01, Setor Sul Jamil Miguel, CEP 75.124-820, Anápolis/GO, para:

1 - apurar suposta responsabilidade ocorrida no Pregão Eletrônico 1451044 71/2024 (105448981), cujo objeto é o “Registro de preços para aquisição de Material Médico-Hospitalar - Sondas, sob a forma de entrega parcelada, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência”, por parte da empresa TOP MED IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA, no lote 14, tendo em vista que a licitante não apresentou proposta ou respondeu ao pregoeiro no prazo estipulado no subitem 8.2.1 do Edital, levando a sua desclassificação do certame.

Parágrafo único. O suposto ilícito administrativo enquadra-se nos incisos II e IV do art. 3º da Resolução N. 49 GAB. SEAP, de 23 de outubro de 2017, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 2º. Para tanto, CONVOCAR-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.  
Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2025.  
Ana Luísa Silva Falcão  
Subsecretária de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia  
**24 2036175 - 1**

REMOVED “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1011677-0, LEANDRO DE SOUZA SILVA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Superintendência de Informação e Inteligência, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0011480/2025-08.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVED “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1259673-0, TEODORICO ASSIS SILVEIRA JUNIOR, referente ao cargo efetivo Policial Penal, da Diretoria Regional da 12ª RISP, para o Presídio de Timóteo, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0011123/2025-44.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública  
**24 2036142 - 1**

PORTARIA SULOT Nº 08/2025, DE 15 DE JANEIRO DE 2025.

A SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, Ana Luísa Silva Falcão, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012, Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho 2021 e delegação de competência publicada em 25 de agosto de 2021, considerando a apuração realizada e notificada no Memorando.SEJUSP/DCO nº 2893/2024 (105459228), RESOLVE: Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa AGMASHI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E SERVICOS DE COBRANCAS LTDA, CNPJ: 08.234.423/0001-88, sediada na Rua Conceição Pinto Ferreira, Bairro Caiçaras, CEP 30.750-420, Belo Horizonte/MG, para:

1 - apurar suposta responsabilidade ocorrida no Pregão Eletrônico 1451044 71/2024 (105459062), cujo objeto é o "Registro de preços para aquisição de Material Médico-Hospitalar - Sondas, sob a forma de entrega parcelada, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência”, por parte da empresa AGMASHI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E SERVICOS DE COBRANCAS LTDA, nos lotes 75, 76 e 77, tendo em vista que a licitante não apresentou proposta no prazo estipulado, levando a sua desclassificação e posterior fracasso dos referidos lotes do Pregão.

Parágrafo único. O suposto ilícito administrativo enquadra-se nos incisos II e IV do art. 3º da Resolução N. 49 GAB. SEAP, de 23 de outubro de 2017, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 2º. Para tanto, CONVOCAR-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.  
Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2025.  
Ana Luísa Silva Falcão  
Subsecretária de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia  
**24 2036178 - 1**

## EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Francisco Luiz Cosmo Pinho, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 026/2023, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 08 de junho de 2023, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o ex-prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, LUCAS GONÇALVES C. DA SILVA - MASP 1.479.xxx-5, durante 08 (oito) publicações consecutivas, a processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência da testemunha a ser realizado em 20/02/2025 (quinta-feira) às 10h00, bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado também no dia 20/02/2025 (segunda-feira) às 11h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link (<https://meet.google.com/aez-ebvg-icd>), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: [nucad18@gmail.com](mailto:nucad18@gmail.com), para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

LUCAS GONÇALVES C. DA SILVA - MASP 1.479.xxx-5, ex-prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário.

Poços de Caldas, 20 de janeiro de 2025  
Francisco Luiz Cosmo Pinho  
Masp.: 1.442.945-4  
Presidente da Comissão

**21 2034391 - 1**

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 390/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 31 de agosto de 2022, bem como no Parecer nº 37/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 2 (dois) dias ao processado FERNANDO RODRIGUES BARBOSA - MaSP 1.079.975-7, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotado na Penitenciária de Uberlândia I – Professor João Pimenta da Veiga à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos IV. V e VI, c/c art. 245,

parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e da advogada Regina Ribeiro Faria OAB/MG 143.756. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 417/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 39/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dia nos processos DOUGLAS DE ALMEIDA DIAS - MaSP 1.105.254-5, Agente de Segurança Socioeducativo nomeado para cargo em comissão DAD-4, admissão 3, e TAINARA FERREIRA BARBOSA - MaSP 1.334.665-5, ocupante do cargo de Analista Executivo de Defesa Social, admissão 2, lotados no Centro Socioeducativo Sete Lagoas à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 187/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 21 de maio de 2022, bem como no Parecer nº 13/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de JOSIANA DE MELO BARBOSA - MaSP 1.213.773-3, ocupante do cargo de Assistente Executivo de Defesa Social, admissão 1, lotada no Presídio de Andradas I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada e do advogado José Augusto Bueno Alves OAB/MG 176.942. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 264/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 23 de junho de 2022, bem como no Parecer nº 26/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao processado MARCONI GOMES DA SILVA - MaSP 379.551-5, desligado do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado na Penitenciária de Patrocínio I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, e art. 250, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos MaSP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 474/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 12 de outubro de 2022, bem como no Parecer nº 19/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de RÊNAILDO SANTOS DE OLIVEIRA - MaSP 1.129.732-2, Policial Penal nomeado para cargo em comissão DAD-4, admissão 3, lotado no Presídio de Ribeirão das Neves II – Inspetor José Martinho Drumond à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 248/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de julho de 2021, bem como no Parecer nº 41/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de PAOLO LEITE COSTA - MaSP 1.452.495-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, MAX DUARTE PEREIRA - MaSP 1.239.291-6, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, lotados no Presídio de Barão de Cocais I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados e dos advogados José Antônio de Alvarenga OAB/MG 148.178 e Rodrigo Silva de Oliveira OAB/MG 113.148. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PDS Nº 150/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de novembro de 2020, bem como no Parecer nº 42/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de RUBISLEI FORTUNATO CRUZ – MaSP 1.404.929-0, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, e ADEMILSON FERREIRA DÁ SILVA – MaSP 1.201.402-3, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 2, lotados no Centro Socioeducativo Horto à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 395/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 31 de agosto de 2022, bem como no Parecer nº 38/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de SANZIO ANDRADE UCHOA - MaSP 1.440.290-3, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, e THIAGO FERNANDO SANTOS - MaSP 1.372.925-6, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados no Presídio de Araguari I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados e das advogadas Teresa Cristina Urata de Oliveira OAB/MG 100.113 e Regina Ribeiro Faria OAB/MG 143.756. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 533/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de novembro de 2022, bem como no Parecer nº 890/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 10 (dez) dias ao processado MIQUEILAS REIS FERNANDES - MaSP 1.442.948-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Centro de Remanejamento Provisório de Ipatinga I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por MARCELO PEDRO ROMAO JUNIOR - MaSP 1.388.550-4, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 402/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 19 de dezembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 3/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Daniel Machado da Cruz OAB/MG 206.836. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 474/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 29 de novembro de 2023, bem como no Parecer nº 895/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias ao processado SESNONE OTAVIO DE PAIVA - MaSP 1.447.378-9, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de Campo Belo I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

## DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 393/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 31 de agosto de 2022, bem como no Parecer nº 49/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica as penalidades: SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias à processada ISAUARA STELLA OSORIO CARLOS - MaSP 1.450.278-5, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotada no Presídio de Extrema I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952; e SUSPENSÃO de 1 (um) dia ao processado WALDEMIR CARLOS JUNIOR - MaSP 1.450.387-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de Extrema I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**24 2036089 - 1**

ATO 00067/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº 5000358-32.2019.8.13.0241, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP: 1120369-2 ROMEU LUCIANO CORDEIRO,em prorrogação, a contar de 17/02/2025.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ATO 00068/2025 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº5000908-39.2024.8.13.0439, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP: 1133569-2 MARCELLO MARIANO COSTA,a contar da data de 10/02/2025.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REVOGA O ATO 00652/2024 DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL,publicado em 25.07.2024, referente ao servidor: MASP: 1597954-5 ROGERIO FERREIRA CAVALCANTE,a contar de 16/01/2025.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública  
**24 2035786 - 1**

ATO Nº58/2025 REVOGAÇÃO AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA  
REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 127/2022, publicado em 25/02/2022, referente ao servidor:MASP: 377.812-3, MARIO ANTÔNIO DINIZ, PP, Nivel III, Grau J, a pedido do servidor, a partir de 07/01/2025.

Ana Louise de Freitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos  
**24 2035783 - 1**

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAS-RAS: 1) Mineracao Paraopeba Ltda, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Cachoeira da Prata/MG, Processo nº 452/2025, ANM 831.196/1997, Classe 3.

Sra. Kamila Esteves Leal  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS-RAS: 1) Forte Construtora e Incorporadora Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Córrego Fundo/ MG e Formiga/MG, Processo nº 3279/2024, ANM 83268/2013 e 830029/2016, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 24/01/2035.

Sra. Kamila Esteves Leal  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco  
**24 2036185 - 1**

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. Município de Delfinópolis - Usina de Triagem e Reciclagem, Estação de transbord de resíduos sólidos urbanos, Delfinópolis/MG, Processo nº 443/2024, classe 2, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

**24 2036196 - 1**

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1)Licenciamento Simplificado na modalidade LAS RAS: \*Joaquim Severino Franco Filial e Outro – Avicultura, Suinocultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo – Monte Alegre de Minas/MG - PA nº 07524/2004/002/2016, Classe 3, Validade: 08/02/2029, do responsável Joaquim Severino Franco Filho, CPF/CNPJ nº \*\*\*.500.026-\*\*, para o novo titular Lelian Divino de Oliveira Filho, CPF/CNPJ nº \*\*\*.806.576-\*\*.

\*Jacir Paulino dos Santos - Fazenda São Francisco Local Bom Jardim – Horticultura (Horticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Avicultura – Araguari/MG - PA nº 2525/2020, Classe 3, Validade: 13/07/2030, do responsável Jacir Paulino dos Santos, CPF/CNPJ nº \*\*\*.175.016-\*\* para os novos titulares Flaviana Marques Habas, CPF/CNPJ nº \*\*\*.286.836-\*\* e Leonardo Pereira Paulino, CPF/CNPJ nº \*\*\*.261.266-\*\*.

(a) Bruno Neto De Ávila.  
Chefe Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

**24 2035960 - 1**

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS: 1) Agronegócios Bela Vista Ltda; Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; Extração de argila mineral ou potável de mesa, Palma/MG, PA nº 71/2025, Classe 2; 2) Município de Teixeira; Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de aterraplano em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação, Teixeira/MG, PA nº 390/2025, Classe 2; 3) Tigus Móveis Ltda; Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Visconde do Rio Branco/MG, PA nº 424/2025, Classe 3.

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

**24 2036144 - 1**

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e \*prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Município de Tiros/Cascalheira - Ponte Alta 7.750, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Tiros/MG, PA nº. 287/2025, Classe 2.

(a) Bruno Neto de Ávila